

## **Chile: 50 anos do golpe**

A revista Democracia Socialista edição nº 12 apresenta dois balanços da experiência chilena de transição ao socialismo entre 1970-73.

Juarez Guimarães escreveu *A história de uma ilusão* para o Em Tempo em 23 de março de 1989. Esse texto refletiu, através da escrita preciosa e precisa do autor, debates em curso na Democracia Socialista sobre a questão do poder em um processo de conquista do governo central pelo PT. É importante lembrar que o PT, naquele momento, colocava em perspectiva a transição ao socialismo a partir da eleição presidencial de Lula. A esse respeito, sugerimos a leitura do artigo de Juarez Guimarães, *A estratégia da pinça*, publicado na revista Teoria e Debate em novembro de 1990 (disponível aqui: <https://teoriaedebate.org.br/debate/estrategia-politica-do-pt-2/>).

A análise de Franck Gaudichaud, publicada pela revista marxista Viento Sur (<https://vientosur.info/una-experiencia-revolucionaria-chile-1970-1973/>) é o prólogo de seu livro sobre o Chile sob a presidência de Allende, publicado em 2023.

Ambos dialogam sobre o problema central da dualidade de poder que se desenvolveu nessa experiência original.

### **A HISTÓRIA DE UMA ILUSÃO**

***Juarez Guimarães***

Acesse o texto aqui:

[https://democraciasocialista.org.br/wp-content/uploads/2016/07/pageflip-97000-97893-Ilt\\_Revista\\_Democracia\\_So-ED1-1152085.pdf](https://democraciasocialista.org.br/wp-content/uploads/2016/07/pageflip-97000-97893-Ilt_Revista_Democracia_So-ED1-1152085.pdf)

### **Uma experiência revolucionária: Chile 1970-1973**

***Franck Gaudichaud\****

O Chile, aquela vasta faixa de terra encaixada entre o Pacífico e os Andes, um mundo onde o mundo acaba, em descrição do escritor Luís Sepúlveda, ilustra com sua história recente as turbulências do curto século XX. Depois de ter experimentado uma tentativa

de transição democrática para o socialismo (1970-1973), o país conheceu a violenta instauração de uma ditadura cívico-militar (1973-1989) que antecipou o advento de uma nova lógica para o mundo: a do neoliberalismo. Depois, a partir de 1990, instalou-se uma democratização lenta e parcial que não deixou de prolongar numerosos legados autoritários e um sistema socioeconômico violentamente desigual. Cinquenta anos se passaram desde o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973. As imagens do palácio presidencial de La Moneda queimando, os olhares aterrorizados dos presos no Estádio Nacional de Santiago e os sinistros óculos escuros do general Pinochet permanecem gravados em nossas retinas e em nossa memória coletiva. O povo chileno, suas lutas e sua resistência, têm estado no coração e nas mobilizações de muitas organizações solidárias de todo o mundo. Hoje, essas memórias de repressão, exílio e luta pela defesa dos direitos humanos continuam a marcar nossas imagens deste país do Cone Sul. Mas o Chile não foi apenas um país de tragédias: os primeiros anos da década de 1970 foram antes de tudo os de um extraordinário processo popular e (pré)revolucionário que fez tremer a ordem estabelecida.

Lutando contra a memória

A via chilena para o socialismo durou apenas mil dias (de novembro de 1970 a setembro de 1973), mas transformou profundamente o país, suas relações sociais, seus imaginários políticos e sua visão do futuro. A aposta legalista e revolucionária da esquerda chilena irradiou para toda a América Latina e voltou a colocar no centro dos debates ideias como a distribuição da riqueza e a necessária nacionalização dos bens comuns naturais, proclamou a reconquista da soberania nacional para uma nação do Terceiro Mundo frente ao imperialismo yanque, reivindicou o direito ao desenvolvimento e à democracia a partir de uma perspectiva de ruptura com a ordem dominante e (re)pôs a questão do lugar do Estado burguês na transição para o socialismo.

A partir de 1969, os partidos que formaram a coalizão que passou a se chamar Unidade Popular propuseram uma via estratégica que, embora considerada reformista pela esquerda extraparlamentar, pretendia ser original: eleitoral, institucional, não armada, mas também anticapitalista, antiimperialista e socialista. Além dos intensos debates da época e da figura onipresente do presidente Salvador Allende, a força do processo chileno reside nos de baixo, os sem voz que se tornaram protagonistas essenciais desta revolução em ascensão, cuja energia criadora, certamente cheia de contradições, foi decapitada em 11 de setembro de 1973. Percorrer os passos da Unidade Popular é

acariciar com a mão a história de um *continuum* de múltiplas lutas sociais, operárias, camponesas, estudantis e plebeias que irrompem subitamente em um cenário até então monopolizado por uma oligarquia acostumada a reinar sobre o Chile. O rio popular que transbordou por toda parte durante esses mil dias teve o sorriso das operárias da fábrica têxtil Yarur ocupando sua fábrica, teve a trilha sonora das canções de um povo jubiloso aclamando o companheiro-presidente na Praça da Constituição, teve os contornos de um poder popular que enfrentou o grande capital e a sabotagem da extrema direita e teve o radicalismo dos mapuches que quebraram as arames para reclamar a terra usurpada ao seu povo pela colonização. Estes experimentos de auto-organização, embora às vezes limitados, são a essência da chilenidade. Eles marcam aqueles momentos históricos em que tudo parece possível, em que a humilhação, a violência do Estado e a exploração podem ser derrubadas. Explicam a alegria de um povo de pé que pode ser admirado no papel de cetim das fotografias de Armino Cardoso ou nos filmes documentários de Patricio Guzmán.

E, cinco décadas depois, merecem muito ser relatados na forma de fragmentos daquele tempo quebrado de uma experiência revolucionária que não chegou a bom termo. Na verdade, essa força propulsora continua vagando hoje pelas galerias subterrâneas da memória chilena, assustando suas classes dominantes e atormentando a má consciência dos militantes de esquerda que se acomodaram aos tempos. O passado teimoso desses poucos meses acesos não desaparecerá.

Esta memória, ou melhor, estas memórias em conflito, sofreram profundas alterações, mas também diversas erupções e abaladas ao longo das décadas, as comemorações e as mobilizações culturais, sociais e políticas das novas gerações. Desde 2019, o fantasma dos levantes voltou ao Chile, com a grande revolta de outubro-novembro desse mesmo ano que voltou a sacudir a Cordilheira e a questionar diretamente a hegemonia do capitalismo neoliberal. Também foi tendo Salvador Allende em mente como o jovem líder de centro-esquerda Gabriel Boric assumiu a presidência em 2021 (embora sua gestão social-liberal esteja muito longe do radicalismo do ex-presidente). E Pinochet e a extrema-direita voltam a ganhar terreno em todas as áreas do país andino. Assim, cinquenta anos após o golpe de Estado, olhar para as lutas revolucionárias chilenas não é um ato de nostalgia militante ou um simples exercício historiográfico.

Dependência, desigualdade e subdesenvolvimento

Em 1970 a população chilena mal alcançava os nove milhões de pessoas, a esmagadora maioria das quais vivia em condições de grande insegurança material e pobreza. País do capitalismo mineiro por excelência, o Chile possuía imensos recursos naturais, entre eles as maiores reservas de cobre do mundo, a maioria dos quais estava nas mãos do capital americano. Esta economia de enclave significava também dependência estrutural do mercado mundial e violentas relações de classe, raça e gênero, situação que beneficiava uma burguesia comercial, portuária e industrial, altamente concentrada, e a um punhado de latifundiários herdeiros da ordem neocolonial. Institucionalmente, a pátria dos poetas Vicente Huidobro, Gabriela Mistral e Pablo Neruda tinha a reputação de ter construído uma República estável, supostamente menos propensa aos golpes de Estado dos caudilhos militares do que seus vizinhos. Isto é confirmado pelo facto de a Constituição não ter mudado durante longos períodos[2]. As elites a consideravam um exemplo no concerto sul-americano, defendida com patriotismo por forças armadas que supostamente respeitam a ordem constitucional. Tratava-se de um Estado forte e centralista em torno do qual uma classe dirigente branca e mestiça pôde coesionar-se, ao mesmo tempo que, a partir dos anos trinta, permitiu a integração parcial de representantes políticos de setores subalternos e alguns avanços sociais. Isso não foi isento de numerosas repressões civis e militares das revoltas populares que marcaram o século XX.

Desde a criação das Sociedades de Resistência no final do século XIX, o movimento operário foi um ator chave na cena chilena. Politicamente, era organizado em torno de dois grandes partidos: o Partido Comunista (PC), fundado em 1922 e um dos mais importantes da América Latina, e o Partido Socialista (PS), fundado em 1933 como partido-movimento com diversas influências, entre elas reformistas, trotskistas e guevaristas. A experiência da Frente Popular (1938-1947), sob a direção do Partido Radical (vinculado à burguesia), integrou comunistas e socialistas na prática do governo. Durante o século XX estas forças partidárias mostraram a sua vontade de combinar as lutas operárias com os âmbitos institucionais. Uma dessas figuras, Luis Emilio Recabarren (fundador do Partido Operário Socialista, POS), defendeu esta política durante toda a sua vida, considerando também as eleições como um fórum que poderia servir para educar a classe. A partir dos anos 50, tomou forma o plano de conquistar o poder através das urnas em torno de um eixo comunista/socialista. Esta tática refletiu-se também no movimento sindical: em 1953 foi fundada a poderosa Central Única de Trabalhadores (CUT), onde o PS e o PC eram as forças majoritárias, ao lado de uma Democracia Cristã (DC) em rápida expansão. No entanto, essas amplas alianças foram submetidas a

constantes turbulências, intensificadas por vários episódios de repressão e até mesmo de ilegalização política (como foi o caso do PC entre 1948 e 1958, que teve que passar para a clandestinidade). Apesar de tudo, e apesar de seu caráter altamente oligárquico, é evidente que a República chilena e seu Estado de compromisso[3], derivado da Constituição de 1925, deixavam uma margem de manobra institucional que poderia ser aproveitada. A gravitação da esquerda socialista e comunista, a presença de uma direita conservadora em torno do Partido Nacional (a partir de 1966) e o desenvolvimento de um centro democrata-cristão (criado em 1957), estruturaram o sistema de partidos em torno de três blocos de peso eleitoral bastante semelhante.

À esquerda da esquerda, os revolucionários não compartilhavam a perspectiva oferecida pelo jogo institucional e parlamentar. Enquanto os movimentos anarquistas e libertários perderam terreno a partir dos anos vinte, várias pequenas correntes, incluindo as revolucionárias cristãs, as trotskistas e, nos anos sessenta, as maoístas e guevaristas, desafiaram a orientação reformista e eleitoralista dos grandes partidos. A criação do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) em 1965, marcado desde o início por uma opção estratégica híbrida de revolução permanente[4] (influenciada pelo trotskismo) e de guerra popular prolongada e irregular[5] (perto do guevarismo), refletiu a radicalização de sindicalistas, trabalhadores, intelectuais e estudantes que acreditavam que a ruptura deveria ser feita não só com o imperialismo, mas também com a burguesia e seu aparelho estatal, seguindo a esteira dos processos revolucionários latino-americanos.

No final dos anos 60, no meio da Guerra Fria, falharam as reformas do projeto Revolução em Liberdade[6] do governo democrata-cristão (1964-1970), apoiado ativamente pela administração Kennedy. O crescimento industrial prometido não se materializou e a repressão ressurgiu. A classe trabalhadora organizada, o pequeno camponês, a juventude e as pessoas pobres urbanas (as e os moradores) exigiram mudanças mais substanciais. A ruptura do governo populista da Democracia Cristã (DC) abriu o caminho para a esquerda: em 1969 foi fundada oficialmente a Unidade Popular (UP). Esta coalizão foi apoiada pelo PC e pelo PS, mas também por importantes setores da esquerda cristã. Seu líder, que já havia sido candidato presidencial em três ocasiões (1952, 1958, 1964), era o médico socialista e maçom Salvador Allende. Nascido em 1908, co-fundador do Partido Socialista (PS), especialista em política parlamentar (foi Presidente do Senado entre 1964 e 1969) e antigo Ministro da Saúde da Frente Popular, declarou-se marxista. Admirador de Fidel Castro, no entanto, defendeu com firmeza a possibilidade de construir uma revolução de forma legal e não violenta, tendo em conta a tradição política chilena.

Usando a conceitualização de Joan Garcés, seu estreito conselheiro, Allende defendia uma transição política e institucional para o socialismo, sem interrupções e respeitosa com a Constituição de 1925. A aposta era que o Estado fosse suficientemente flexível e, como condição *sine qua non*, que as Forças Armadas respeitassem os resultados do sufrágio universal.

### As esperanças e as lutas de um povo

O nascimento da nova unidade da esquerda não foi isento de problemas. Seguiu os passos da Frente de Ação Popular (FRAP), que nos anos 50 pretendia agrupar os «dispostos a lutar por um programa anti-imperialista, anti-oligárquico e anti-feudal». Estimulados pelo impacto continental da revolução cubana, alguns à esquerda, sobretudo socialistas, pensaram que tal programa era insuficiente e que dava muito relevo ao conceito de revolução por etapas, muito apreciado pelos Comunistas: primeiro anti-oligárquica, em aliança com certos setores da burguesia nacional, e em uma fase posterior, socialista. Por outro lado, o debate estratégico sobre os caminhos a seguir para forjar o socialismo e romper com a tutela de Washington está longe de ser resolvido. Armada ou legal? Confronto político-militar com o aparelho estatal ou vitória eleitoral baseada no movimento popular? Santiago não era Havana e o Chile de 1970 não viveu a ditadura de Batista: a via não armada parecia uma perspectiva possível. Esta era a posição defendida pelos comunistas, e com eles a URSS, que a via como uma consequência de sua política de coexistência pacífica global (consistente em uma divisão do mundo entre o capitalismo e o campo socialista). Por outro lado, o fato de Allende ter estado prestes a ganhar as eleições de 1958 contra o conservador Jorge Alessandri, acabou por convencer boa parte dos quadros do seu partido.

Em setembro de 1970, após uma campanha muito dinâmica, Salvador Allende venceu as eleições presidenciais com 36,6% dos votos contra o candidato democrata-cristão Rodomiro Tomic, com 28%, e o candidato da direita conservadora Jorge Alessandri, com 35,2%. Como a Constituição só previa uma volta eleitoral, cabia ao Congresso decidir entre os dois principais candidatos na ausência de maioria absoluta. O resultado da esquerda suscitou grandes esperanças, mas também mostrou as dificuldades que se avizinham com uma UP em minoria no Parlamento[7]. Allende teve que negociar imediatamente um conjunto de garantias democráticas com a DC e prometer estabilidade institucional em troca de sua investidura. Esta busca por acordos com o centro político foi uma constante durante os mil dias e prejudicaram a capacidade

reformista do executivo. O programa da UP e suas promessas de 40 medidas imediatas pretendiam impulsionar um desenvolvimento econômico sustentado, uma política ousada de redistribuição da riqueza e aumento dos salários, o aprofundamento da reforma agrária e o controle dos principais recursos nacionais. A expropriação do cobre sob o capital estrangeiro, a nacionalização de várias dezenas de grandes empresas monopolistas e dos principais bancos deve permitir a criação de uma Zona de Propriedade Social (ZPS), embora o sector privado continue a ser maioritário. Num sistema original, os assalariados eram convidados a co-gerir as empresas do sector público. O país vivia um verdadeiro clima revolucionário em várias áreas sociais: aumentaram as greves e as ocupações de terras e fábricas. A explosão da participação coletiva favoreceu a esquerda. A Unidade Popular obteve quase 50% dos votos nas eleições municipais de abril de 1971. Allende e o pessoal do Comitê Político da UP se perguntaram se não seria o momento certo para dissolver o Congresso, convocar novas eleições legislativas e lançar um referendo para uma nova Constituição que incorporasse a socialização de parte dos meios de produção e o estabelecimento de uma Câmara única. Mas o PC mostrou-se relutante e o presidente vacilante. A oportunidade foi perdida.

A política do executivo afetou diretamente os interesses da grande burguesia, o avanço da reforma agrária destruiu o poder dos grandes proprietários de terras e a nacionalização do cobre (1971) contou com a feroz oposição dos Estados Unidos. Allende também se afirmou como líder internacional dos países não alinhados, defendendo o direito dos países colonizados à emancipação por todos os meios e denunciando amargamente o imperialismo e o sistema financeiro mundial. Após a revolução cubana, os Estados Unidos temiam um efeito de contágio em seu próprio quintal. A partir de 1969, a CIA e a embaixada americana conspiraram ativamente para frear a seco, mesmo pela força, a ascensão política de Allende. Posteriormente, a direita, com o apoio sonoro e furibundo de Washington, estabeleceu o objetivo de desarticular o bloco político e social que apoiava o governo e buscou contatos nos setores reacionários das Forças Armadas. Os ataques de extrema direita da Frente Nacionalista Pátria e Liberdade se multiplicaram e uma pressão constante foi exercida sobre o Partido Democrata Cristão até que (em 1972) este passou para a oposição frontal, enquanto o grande capital iniciava uma tática de boicote econômico que causou estragos. Os meios de comunicação conservadores, engrenagens essenciais deste sistema, alertavam constantemente contra o que chamavam de ditadura marxista. Esta espiral implacável foi lentamente fechando sobre a esquerda, enquanto a explosão da inflação, o boicote internacional e o

desenvolvimento do mercado paralelo afastaram as classes médias urbanas do movimento operário. Fechada em uma camisa de força estatal que não a deixava mais respirar, a Unidade Popular estava cada vez mais na defensiva e perdia a iniciativa.

### O poder popular e o trágico desfecho da batalha do Chile

Neste contexto, a coalizão de esquerda se dividiu rapidamente entre um polo moderado (qualificado de gradualista pelos historiadores) liderado pelos comunistas e Allende, e um polo rupturista liderado por um setor do Partido Socialista, os Cristãos Revolucionários, que chamavam a avançar sem transigir, e com o apoio crítico do MIR (liderado por Miguel Enríquez). Estes últimos denunciaram o golpe de Estado que se aproximava e os becos sem saída do legalismo, reclamando com urgência uma ousada Assembleia Constituinte e a aceleração da expropriação dos meios de produção e distribuição para colocá-los ao serviço do povo. Esta foi a demanda expressa pela Assembleia Popular de Concepción que reuniu várias organizações sociais e políticas de esquerda em julho de 1972 para denunciar o caráter contrarrevolucionário do Parlamento. Allende e o PC denunciaram imediatamente as miragens e o aventureirismo desta resolução, e a polarização política não demorou a sair para as ruas. O governo parecia sobrecarregado pela magnitude do conflito de classes. A marcha de panelas vazias organizada pelas mulheres conservadoras, seguida da grande greve pelos salários dos mineiros em El Teniente, habilmente dirigida pela DC contra o executivo, revelou que os marxistas não tinham o monopólio do movimento de massas. Parte do movimento operário também foi além do programa da UP. Em resposta a cada tentativa sediciosa da direita ou a uma *lockout* patronal, multiplicaram-se as formas de auto-organização, de fornecimento direto e de controle operário, especialmente entre Outubro de 1972 e Junho de 1973. O poder popular tornou-se realidade e novas organizações apareceram, como os Cordões Industriais nos cinturões proletários das principais cidades. Estes Cordões recusaram-se a devolver as fábricas ocupadas, criticaram a indecisão e a tibieza do governo e criaram novas coordenações territoriais sem esperar decisões da CUT, embora a maioria permanecesse fiel à UP: o companheiro-presidente ainda era seu presidente. No campo, floresceram as ocupações indomáveis de terras incentivadas pelo MIR. No âmbito cultural, a revolução estava em todo o lado: na música e na canção, na pintura e no cinema, nas paredes e nas empresas.

Desprovido de uma liderança unificada e convencido do caráter amplamente constitucionalista dos militares, o governo acreditou até o fim que poderia evitar a guerra

civil e, ao mesmo tempo, canalizar o poder popular em torno das propostas legalistas. A partir de novembro de 1972, os oficiais de alto escalão foram integrados em vários ministérios. A figura do general Prats, alto comandante das Forças Armadas, no Interior e depois na Defesa, tranquilizou a população. Sua atuação foi decisiva para esmagar a sedição de um regimento de tanques em junho de 1973. O processo revolucionário parecia preso em um duplo beco sem saída estratégico: o da via institucional para o socialismo, que havia se tornado totalmente impraticável, e o proposto pelo MIR, que era minoritário e lutava para se afastar de uma concepção essencialmente político-militar e vanguardista. Entre os dois, os embriões do poder popular e os Cordões industriais brilham até hoje como uma revolução de baixo inacabada, travada pelo contexto histórico e pelos ventos contrários.

Na manhã de 11 de setembro de 1973, com o apoio explícito da administração Nixon, um quarto dos oficiais se levantou. Entre eles estava Augusto Pinochet, que tinha sido nomeado chefe das Forças Armadas algumas semanas antes por Allende porque tinha fama de legalista... A esquerda encontrou-se desarmada para organizar a resistência, assim como os Cordões industriais. Em vez de se render aos generais traidores, Allende cometeu suicídio em um palácio presidencial bombardeado por aviões de combate e cercado por soldados. A batalha pelo Chile chegou a um final dramático. Apoiando-se no catolicismo nacional-conservador, na doutrina da Segurança Nacional e depois na Operação Condor em escala regional[8], o regime militar fechou o Parlamento, proibiu os partidos políticos, reprimiu os sindicatos, declarou o estado de sítio e praticou a censura. O terrorismo de Estado desencadeou-se contra o câncer marxista que tinha de ser removido da sociedade, em particular contra as classes trabalhadoras e as ativistas. Durante os 16 anos de ditadura, as forças armadas e a polícia política torturaram dezenas de milhares de pessoas e assassinaram mais de 3.200, mais de mil das quais ainda hoje são as detidas-desaparecidas (nunca foram encontrados seus corpos). Centenas de milhares de pessoas foram forçadas a se exilar. A partir de 1975, esses tempos de brutalização social foram também tempos de terapia de choque: uma verdadeira contra-revolução capitalista transformou o Chile no primeiro experimento mundial do neoliberalismo.

## Notas

1. Inti Illimani, «Canção do Poder Popular», Canto ao programa, 1970 (texto: Julio Rojas, música: Luis Advis).
2. Em todo o século XX, apenas duas Constituições foram aprovadas.
3. Conceito que remete à expansão de certas formas de regulação estatal do mercado e das políticas sociais públicas (educação, saúde, habitação), ao mesmo tempo que procura integrar e canalizar as reivindicações do movimento operário sob a hegemonia das classes dominantes.
4. Noção inspirada em Trotsky; ver: Jean Batou, Découvrir Trotsky, Paris, Éditions sociales, 2023.
5. Esta opção estratégica insiste na necessidade de uma conquista militar do poder liderada por uma vanguarda político-militar apoiada por uma insurreição popular
6. Nome do programa político do governo de Eduardo Frei Montalva, destinado a responder à emergência social ao mesmo tempo que tentava impedir a propagação da ameaça comunista.
7. Em março de 1969 as eleições legislativas deram 37 deputados (de 150) e 7 senadores (de 30) à esquerda (PC e PS), mais 24 deputados e 5 senadores do Partido Radical. Os Democratas Cristãos controlavam 56 deputados e 12 senadores, o que confirma o seu papel de pivô do jogo parlamentar.
8. Ver: John Dinges, Les Années Condor. Comment Pinochet et ses alliés ont propagé le terrorisme sur trois continents, Paris, La Découverte, 2005

\*Franck Gaudichaud é cientista político.

Este texto é o prólogo do livro *Découvrir la révolution chilienne 1970-1973*, Paris, Éditions sociales, 2023

Disponível (02/09/2023) em <https://vientosur.info/una-experiencia-revolucionaria-chile-1970-1973/>

Tradução ao espanhol: Viento Sur.

Tradução ao português revisada por Carlos Henrique Árabe